

"EDUCAÇÃO NA EUROPA - Uma oportunidade para todos?"

Será realmente a Europa, um continente de oportunidade para todos? A Europa é reconhecida como o continente ideal para proporcionar a aprendizagem, em que existem milhares de instituições que oferecem uma dinâmica multicultural única. Tudo isto acrescido ao facto de existirem diversos projectos europeus que tornam ainda mais credível o estudo em países estrangeiros: *Erasmus*, Leonardo Da Vinci, entre outros. Mas tudo isto acontece, quando os alunos já se encontram a frequentar o ENSINO SUPERIOR! E os anos de escolaridade que antecedem o ensino superior? Será que todos têm as mesmas possibilidades? Decidimos seleccionar, então, três sistemas educativos europeus: um país em que a educação é das mais fracas, outro em que existe um ensino de nível intermédio e, por fim, um país que proporciona a melhor aprendizagem.

Através do estudo acerca do sistema educativo e às respectivas igualdades e desigualdades entre vários países europeus podemos observar que há países em que há uma igualdade entre todos os estudantes, sem distinção entre classes sociais, nomeadamente, os designados por mais ricos e mais pobres. No lado oposto existem países que ocupam os últimos lugares nas estatísticas e onde há uma enorme discrepância entre os alunos, o que leva a uma fraca aceitação da escola por parte de alguns, pois sentem-se diferenciados e com menos oportunidades do que os outros. Esses países escolhidos são, Portugal, França e Finlândia.

Em Portugal, o ensino divide-se em cinco vertentes: ensino pré-escolar, ensino básico (1º ciclo – 1º/4º ano; 2º ciclo – 5º/6º ano; 3º ciclo – 7º/9º ano), ensino secundário (10º/12º ano) e ensino superior. Existe também o ensino profissional (para alunos que não pretendam continuar no ensino normal que garante que estes concluam o 9º ano ou o 12º ano) e as Novas Oportunidades para adultos que pretendam concluir os estudos. O ensino é obrigatório até ao 9.º ano e as crianças ingressam na escola com 6/7 anos de idade (estas podem frequentar, facultativamente e gratuitamente, a pré-escola a partir dos três anos de idade) O ano escolar decorre entre Setembro e Junho.

O programa de conteúdos a desenvolver durante o ano é estabelecido a nível nacional. A escolha dos manuais escolares é da competência de cada escola, de acordo com critérios de apreciação estabelecidos ao nível dos Serviços Centrais do Ministério da Educação.

Os manuais escolares, de acordo com o escalão da segurança social, que abrangem uma minoria de alunos, podem ser oferecidos na maioria, apenas uma parte ou mesmo nenhuns. Acontece que, muitas vezes, este escalão está mal distribuído e existem pessoas a receber manuais que não necessitam e o inverso. O mesmo acontece com a alimentação e o transporte. Por esta razão, existem muitos estudantes que abandonam o ensino escolar por falta de verbas

No que diz respeito à avaliação, esta tem um carácter sistemático e contínuo. Se um aluno não desenvolver todas as competências necessárias para avançar nos seus estudos pode ficar retido e aí necessitará de repetir o ano. O aluno também poderá ficar retido devido à quantidade de faltas injustificadas que apresenta.

Caso o aluno pretenda, poderá ingressar no ensino profissional, isto é, poderá ingressar num ensino com uma vertente mais específica na prática do trabalho, e em que fará a conclusão do ensino básico ou secundário em menos tempo que um aluno no ensino normal. Nesse tipo de ensino, os alunos têm tudo gratuitamente: manuais escolares, transporte, alimentação, visitas de estudos, e, se desejarem, poderão

ingressar na universidade realizando apenas os exames nacionais de 12º ano. Será que este país disponibiliza as mesmas oportunidades para todos?

Em relação a Portugal, é importante referir que a rentabilidade do sistema educativo português e o seu grau de eficiência oscilam entre metade e dois terços dos níveis de competência obtidos pelos sistemas educativos de outros países. O problema da nossa educação coloca-se ao nível da qualidade do investimento na educação e não tanto no da sua quantidade. Apesar de gastarmos mais em educação do que a maioria dos nossos parceiros europeus, somos recordistas de infelizes taxas de abandono e de insucesso escolar.

O sistema escolar francês é da total responsabilidade do Ministério da Educação Nacional. É considerado um dos países em que o sistema de educação, apesar de não ser considerado dos melhores, é digno de observação situando-se no meio da tabela no que respeita às suas qualidades. 86,5% dos alunos do ensino primário e 80% dos alunos secundários recebem os seus estudos através da educação oferecida gratuitamente pelo Estado.

França é o terceiro país no mundo que recebe mais estudantes estrangeiros (cerca de 250 mil estudantes por ano). As instituições francesas de ensino oferecem uma vasta gama de processos de aprendizagem no sector público e privado, às quais todos os alunos do mundo podem recorrer desde que preencham determinados requisitos específicos que variam de acordo com a escola.

A educação privada é constituída essencialmente por estabelecimentos que tenham assinado um contrato com o Estado.

O Estado desempenha um papel fundamental no que diz respeito à educação. Estabelece os programas e orientações de ensino, é responsável pelo recrutamento, treino e gestão de professores e até da criação dos exames.

A França está dividida em 30 entidades de ensino (*académies*), cada uma sob a responsabilidade do reitor, que representa o Ministro. Estas autoridades cobrem vários departamentos que são dirigidos por inspectores de Autoridade do Ministério.

A escolaridade obrigatória inicia-se aos 6 anos e termina por volta dos 16 anos. Todas as crianças com 6 anos de idade frequentam a escola primária até aos 11 anos. O ensino primário está organizado num período de dois anos do ensino fundamental e um período de três anos com um processo de aprendizagem mais avançado.

Passados estes anos, os alunos transitam para o ensino secundário (*collège*) que tem a duração de quatro anos. O primeiro é um ano de adaptação, seguido por dois anos intermédios, enquanto o quarto ano é um ano de especialização na área pretendida.

Após a conclusão do ensino secundário, os alunos preparam-se para obterem o diploma de conclusão deste ciclo (*diploma brevet du nacional*), porém o resultado não determina a entrada no liceu.

Os alunos que abandonam a escola secundária têm três possibilidades entre as quais: adquirir o nível geral ou técnico, obtendo um bacharelato em educação geral e técnico em três anos ou optar pelo percurso profissional com duração de dois anos que lhes confere uma qualificação profissional permitindo ao estudante entrar no mercado de trabalho ou continuar os seus estudos.

O bacharelato abre o acesso ao ensino superior. Este, apesar de estar em constante mudança, segue o modelo europeu do mestrado, após a conclusão do curso pretendido.

As universidades oferecem diplomas genéricos, e ainda qualificação profissional. A formação dos professores é também realizada na universidade. Como já se referiu, este país, seguindo as normas europeias está a transitar gradualmente para o modelo europeu: o mestrado

Na Europa existem alguns países em que a educação é uma oportunidade para todos. Um é a **Finlândia** onde todos os jovens, ricos ou pobres, têm direito a estudar. Neste país existe um sistema uniforme, obrigatório (desde os 7 até aos 16) e gratuito.

O Governo finlandês esforça-se por elevar o nível e o padrão de educação, bem como por promover a igualdade no seio do sistema de ensino, de maneira a proporcionar iguais oportunidades para toda a população em idade escolar e de todas as regiões do país. Com efeito, actualmente, 99% das escolas são públicas e o aluno conta com material escolar, refeições e transporte gratuitos. O sistema educacional é público e gratuito desde a infância até ao doutoramento.

Quase todas as instituições públicas, desde o ensino primário ao ensino superior, são controladas pelo Ministério da Educação. Convém salientar que em algumas áreas específicas, como sejam as relacionadas com a defesa nacional e o direito, as instituições são administradas pelos respectivos ministérios. A maior parte das instituições de ensino privadas são de formação profissional, no entanto, elas têm também uma parte considerável de financiamento público e estão, igualmente, sujeitas a controlo por parte do Governo. As universidades são financiadas directamente através do Orçamento de Estado. O financiamento das outras instituições provém essencialmente das autoridades locais.

Durante a escolaridade obrigatória todos estudam o mesmo. Posteriormente, o Estado define 75% das disciplinas comuns e o resto é organizado pela escola, com uma importante participação dos estudantes e das famílias.

O professor é o principal responsável pelo desempenho dos seus alunos, é ele quem avalia os estudantes, identifica os problemas, procura soluções e analisa os resultados. O Ministério da Educação fornece apenas as linhas gerais dos conteúdos a serem leccionados. Para saberem lidar com tal responsabilidade, os professores recebem uma formação prático-específica.

Os índices de repetência são baixíssimos, pois, neste país, a reprovação não é solução, visto que os piores alunos não são deixados para trás. Dois em cada dez estudantes recebem aulas de reforço. Na Finlândia, não há distinção entre os alunos de formação profissional e os de ensino geral.

Uma das características do sistema educativo finlandês é a aposta na educação e na sua internacionalização. Existem cada vez mais programas de estudo totalmente leccionados em Inglês. Sendo um país bilingue (sueco e finlandês), existem formações em finlandês e sueco em todos os níveis de ensino. Apesar de a língua de ensino na maior parte das universidades ser o finlandês, os cidadãos cuja língua mãe é o sueco têm o direito de a utilizar nos exames, trabalhos e teses.

Além de todos estes apoios por parte do Governo existe ainda um grande factor que contribui para a eficácia deste sistema educacional, a interferência das famílias na educação das crianças. Os encarregados de educação trabalham em conjunto com os professores e antes de matricular os seus educandos em qualquer escola, ficam a par dos métodos de ensino.

Resumindo, na Europa a educação não é uma oportunidade para todos. Em alguns países prevalece a igualdade entre ricos e pobres porém noutros as posses financeiras são cruciais para a educação (principalmente para o ensino superior). Podemos também concluir que na Europa a nível de educação existem extremos positivos (Finlândia), negativos (Portugal) e intermédios (França)